

competitivo, capaz de utilizar plenamente as nossas potencialidades humanas e materiais. Porque é este o momento em que teremos de aceitar o desafio de correr o risco de criar grandes unidades econômicas, que, com os riscos que lhes são inerentes, serão os instrumentos da construção do poder nacional brasileiro".²² Mas, evidentemente, não nos está cabendo *criar* grandes unidades econômicas; elas estão criadas, pelo capitalismo monopolista de Estado, e operam no Brasil, como em outros países, e operam nas condições que lhes são convenientes, e que poderão ser alteradas, amanhã, porque estão integradas na origem e não onde, eventualmente, por força do lucro, se instalaram. Recentemente, conhecido monopólio definiu sua distribuição geográfica, na América Latina, escalando a Argentina para produzir máquinas de calcular; o Brasil, para produzir máquinas de escrever tamanho *standard*; o México, para produzir máquinas de escrever portáteis. A escala, amanhã, como colocou o presidente da Massey Ferguson em relação ao Canadá, pode ser outra; *não serão as autoridades nacionais brasileiras que a determinarão.*

Um dos mais autorizados intérpretes dos interesses do imperialismo, a que prestou, servindo-o no Brasil, eminentes serviços, definiu o regime brasileiro da maneira seguinte: "Desde 1964, que o Brasil vem sendo governado por uma aliança entre militares e tecnocratas, sendo a classe política relegada temporariamente a um papel secundário. Parece assegurado que o veredito da História pronunciará essa aliança não necessariamente santa, porém rigorosamente útil à luz de dois inquestionáveis frutos: estabilidade política e desenvolvimento econômico. *Pourvu que ça dure...*"²³ Aos militares, segundo o articulista, coube "a restauração e manutenção da ordem política e de disciplina social"; aos tecnocratas, "racionalizar a conduta econômica, conter a inflação e instrumentar o desenvolvimento". A conjugação que foi imposta ao país, realmente, foi de militares, tecnocratas e burocratas. A exclusão dos políticos era inevitável. Porque, sem sombra de dúvida, o que o articulista conhece como "racionalizar a conduta econômica" é, justamente, excluir dela o fator político, estabelecer normas acima das classes, ou melhor, ditas acima

²² Antônio Delfim Neto: "Doze bodes e um leão", in *Jornal do Brasil*, Rio, 31 de março de 1972.

²³ Roberto Campos: "Reflexões sobre uma útil porém não santa aliança", in *O Globo*, Rio, 23 de agosto de 1972. Na conclusão, o artigo é um pouco melancólico: "Há razões para confiar que o nosso modelo de desenvolvimento se tenha tornado auto-sustentável. O panorama é algo menos claro no tocante à estabilidade política".